



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO: 322/2023.

DESTINO: Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas

REFERÊNCIA: Resposta ao ofício 169/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimenta-lo, sirvo-me do presente para responder ao vosso ofício 169/2023, que solicita esclarecimento sobre a cessão de uso gratuito de veículo para APAE.

Inicialmente cumpre ressaltar que conforme a orientação jurídica exarada através de parecer técnico do Sr. Assessor Jurídico, a cessão de uso gratuito pelo prazo definido, tem por objetivo estabelecer regras para a execução do plano de trabalho, haja vista que independentemente da forma em que se deu a aquisição do veículo, o mesmo só pode ser repassado à entidade dentro das normativas do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Lei 13.019/2014. Outro fato importante é a ausência de lei específica que trate das doações de bens públicos.

Deste modo, seguindo as orientações técnicas do Marco Regulatório, entendemos que a presente seção do automóvel, deva ocorrer por meio de cooperação técnica, firmado entre Município e Entidade, conforme proposto no Projeto de Lei.

Conforme se observa, a cessão definitiva ocorrerá logo após a conclusão do prazo estabelecido no Termo de Cessão.

Atenciosamente,

Bom Jardim de Minas/MG, 01 de dezembro de 2023.

José Francisco Matos e Silva
Prefeito Municipal de Bom Jardim de Minas

Ao Exmo Sr.

Pedro Vanderli de Rezende

Presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

PARECER JURÍDICO

Ao Setor: Gabinete do Prefeito.

Assunto: Esclarecimento PL 052/2023.

Solicitante: Pedro Vanderli de Rezende – Presidente da Câmara.

CONSIDERAÇÕES

Foi encaminhado à esta Assessoria Jurídica, para análise e emissão de parecer, o ofício nº 169/2023 da Câmara Municipal solicita esclarecimento sobre o PL 052/2023 que dispõe sobre a realização de cessão uso gratuito de veículo à APAE.

Antes de adentrarmos no cerne da questão, é importante mencionar que Lei 13.019/2014 que dispõe sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, veio regulamentar a transferência de recurso públicos às Organizações da Sociedade Civil.

ANÁLISE

Iniciamos a análise do assunto tomando por base que apesar de o veículo ter sido adquirido através de recurso financeiros provenientes de Emenda Impositiva, a mesma por si só, não é instrumento adequado para fundamentar a transferência do patrimônio público, uma vez que o veículo foi comprado pelo Ente Público e hoje se encontra cadastrado em nome do Município de Bom Jardim de Minas.

Seguindo o que dispõe o Art. 2º, III-A, da Lei do Marco Regulatório (Lei 13.019/2014), a modalidade adequada a promover a transferir do bem público à entidade, seria o Acordo de Cooperação, por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas para consecução de finalidades específicas de interesse recíproco, com objetivo e ação específicos e atribuições definidas para cada um dos partícipes envolvidos.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

VIII - A - Acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).

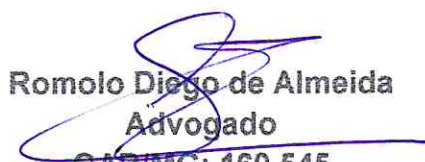
Por definição legal o Acordo de Cooperação é a modalidade que não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CONCLUSÃO

Feitas tais considerações, opinamos no sentido de que o Projeto de Lei nº 052/2023, busca regulamentar a doação do veículo à entidade, seguindo as normativas do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

É meu parecer, sem embargos de opiniões!

Bom Jardim de Minas/MG, 21 de novembro de 2023.


Romolo Diego de Almeida
Advogado
OAB/MG: 160.545